



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Informação n.º 14/ DAPLEN / 2022

27 de setembro

Assunto: Redação final da Proposta de Lei n.º 33/XV/1.ª (GOV)

Considerando o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República e na alínea *m*) do artigo 9.º da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, junto se anexa o texto final da Proposta de Lei n.º 33/XV/1.ª (GOV), aprovada em votação final global a 22 de setembro de 2022, para envio a S. Ex.ª o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças.

No texto do diploma foram incluídos a fórmula inicial e demais elementos formais.

Destacamos as seguintes sugestões de redação final, encontrando-se todas realçadas, a amarelo, no projeto de decreto da Assembleia da República:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Título do projeto de decreto

Uma vez que da votação na especialidade resultou a aprovação de dois novos artigos, verifica-se necessária a atualização do título do projeto de decreto:

Onde se lê: «Determina o coeficiente de atualização de rendas para 2023, cria um apoio extraordinário ao arrendamento, reduz o IVA no fornecimento de eletricidade e estabelece um regime transitório de atualização das pensões»

Deve ler-se: «Determina o coeficiente de atualização de rendas para 2023, cria um apoio extraordinário ao arrendamento, reduz o IVA no fornecimento de eletricidade, estabelece um regime transitório de atualização das pensões, **estabelece um regime de resgate de planos de poupança e determina a impenhorabilidade de apoios às famílias**»

Em face da extensão do título, fica à ponderação da Comissão a aprovação de um título mais sucinto, como por exemplo: «**Aprova medidas para mitigação dos efeitos da inflação**».

Artigo 1.º do projeto de decreto

Uma vez que da votação na especialidade resultou a aprovação de dois novos artigos, verifica-se necessária a atualização do objeto do projeto de decreto:

Onde se lê:

«A presente lei:

- a) Fixa o coeficiente de atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, a vigorar no ano civil de 2023;
- b) Estabelece um apoio extraordinário à tributação dos rendimentos prediais decorrentes de contratos de arrendamento auferidos em 2023;
- c) Reduz transitoriamente a taxa do imposto sobre o valor acrescentado aplicável a fornecimentos de eletricidade;
- d) Estabelece um regime transitório de atualização de pensões.»

Deve ler-se:

«A presente lei:

- a) Fixa o coeficiente de atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, a vigorar no ano civil de 2023;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

- b) Estabelece um apoio extraordinário à tributação dos rendimentos prediais decorrentes de contratos de arrendamento auferidos em 2023;
- c) Reduz transitoriamente a taxa do imposto sobre o valor acrescentado aplicável a fornecimentos de eletricidade;
- d) Estabelece um regime transitório de atualização de pensões;
- e) Estabelece um regime de resgate de planos de poupança sem penalização; e,**
- f) Determina a impenhorabilidade dos apoios às famílias.»**

Artigo 5.º do projeto de decreto

N.º 1

Assinala-se que a Portaria n.º 1514/2008, de 24 de dezembro, mencionada neste artigo, se encontra revogada, pelo que se sugere a sua substituição pela Portaria n.º 301/2021, de 15 de dezembro:

Onde se lê: «1 – As pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social e demais pensões, subsídios e complementos, previstos na Portaria n.º 1514/2008, de 24 de dezembro, atribuídos anteriormente a 1 de janeiro de 2022, são atualizados nos termos seguintes:»

Deve ler-se: «1 – As pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social e demais pensões, subsídios e complementos, previstos na **Portaria n.º 301/2021, de 15 de dezembro**, atribuídos anteriormente a 1 de janeiro de 2022, são atualizados nos termos seguintes:»

Artigo 7.º do projeto de decreto

Sugere-se uma redação mais sucinta da epígrafe do artigo:

Onde se lê: «Impenhorabilidade dos apoios às famílias para mitigação dos efeitos da inflação»

Deve ler-se: «Impenhorabilidade dos apoios às **famílias**»



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Artigo 9.º do projeto de decreto

Sugere-se a divisão do artigo 9.º em dois artigos, de modo a separar a norma de entrada em vigor da norma de produção de efeitos.

Destaca-se, por fim, que foi retirada a referência «na sua redação atual» nas remissões legais, dado que apenas se justificará menções a outras redações temporalmente definidas, considerando-se as remissões feitas para a redação vigente.

À consideração superior.

As assessoras parlamentares,
Patrícia Pires e Carolina Caldeira